

Cabo Verde e Madeira. Dois arquipélagos, múltiplas expressões da condição insular

Carlos Santos

Universidade de Cabo Verde

Leonor Martins Coelho

Universidade da Madeira e CECComp – Universidade de Lisboa, Portugal

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2025.48/pp.217-242>

Resumo

A condição insular reveste-se de múltiplas facetas. Da imagem idílica à visão distópica, a ilha pode revelar inúmeras configurações luminosas ou dissonantes. As dimensões reduzidas do espaço em confronto com o mar criam nos ilhéus a necessidade de intervenção humana a partir da arquitetura e de monumentos que revelam uma conceção própria de paisagens arquipelágicas. A paisagem e o sentimento ilhéu também se inscrevem na literatura. A ilha pode ainda ser apreendida como periferia ou exílio, sobretudo quando o sentimento de abandono ou de isolamento é sentido por vozes inconformadas e críticas. Em contexto de mobilidade docente, problematizámos diferentes visões do mundo insular e arquipelágico, procurando compreender de que modo dois espaços, Cabo Verde e Madeira, projetam a sua história através do património arquitetónico e literário, circunscrevendo, sobretudo, a nossa abordagem à ilha enquanto lugar comemorativo através do património costeiro, ou enquanto lugar fictício, frequentemente nebuloso e problemático.

Palavras-chave: Cabo Verde, Madeira, condição insular, património, arquitetura, literatura

Abstract

The island condition has multiple facets. From an idyllic image to a dystopian vision, the island can reveal countless luminous or dissonant configurations. The reduced dimensions of the space in confront with the sea create the need for human intervention in the islets through architecture and monuments that reveal a unique conception of archipelagic landscapes. The landscape and the island feeling are also inscribed in literature. The island can also be seen as a periphery or exile, especially when the feeling of abandonment or isolation is felt by nonconformist and critical voices. In the context of teaching mobility, we problematize different visions of the island and archipelagic world, seeking to understand how two spaces, Cape Verde and Madeira, project their history through architectural and literary heritage, circumscribing, above all, our approach to the island as a commemorative place through coastal heritage, or as a fictitious, often nebulous and problematic place.

Keywords: Cabo Verde, Madeira, island condition, heritage, architecture, literature

1. Cabo Verde: uma leitura

Cabo Verde, juntamente com os arquipélagos da Madeira, dos Açores e das Canárias, faz parte das ilhas da Macaronésia e encontra-se situado na zona tropical do Atlântico Norte, a uma distância de 500 km do cabo Verde, Senegal, que lhe dá nome. As ilhas, de origem vulcânica, com um relevo, em regra, bastante

montanhoso e clima tropical seco e num total de 10 e alguns ilhéus, ocupam uma área de terras emersas de 4033,37 km². Encontram-se organizadas em dois grupos tradicionais: Barlavento, com 2230 km²; e Sotavento, com 1803,37 km².

Segundo a documentação histórica, as ilhas foram descobertas depois de sucessivas explorações costeiras de navegadores portugueses nos meados Quatrocentos (1445-1462). Em 1460, as primeiras ilhas conhecidas (Sal, Boavista, Maio, Santiago e Fogo), agrupadas na zona oriental e sul do arquipélago, aparecem referidas num diploma de doação das mesmas ao Infante D. Fernando pelo seu irmão D. Afonso V, apesar de se admitir que tenham sido descobertas ainda em vida do Infante D. Henrique. Um segundo grupo (Brava, S. Vicente, Santo Antão, S. Nicolau e Santa Luzia) vem indicado apenas em carta de doação datada de 29 de outubro de 1462. A historiografia sobre as viagens portuguesas no século XV (Albuquerque., 2001) (Matos, 2005) ainda não conseguiu solucionar as identidades dos autores da descoberta(s), dividindo-se as opiniões entre o veneziano Alvise Cadamosto (1456), o genovês António de Noli (1460) e os portugueses Vicente Dias (1445), Diogo Gomes (1460), ambos ao serviço do Infante D. Henrique, além do escudeiro do Infante D. Fernando, Diogo Afonso (1462).

O clima árido, que dificultava a adoção de uma colónia agrária, distância em relação à Lisboa, e a escassez de recursos naturais, não foram fatores determinantes para o insucesso do projeto de povoamento de Cabo Verde, na medida em que a localização geográfica, próximo dos continentes africano e europeu, era aliciante, pois facilitava o controlo da circulação e das trocas comerciais no Atlântico e nas ligações existentes com a costa de África. Era um porto de escala importante e constituía no único território da região onde os exploradores portugueses poderiam permanecer em segurança, visto não ser ocupado, ao inverso de qualquer sítio na Guiné, obrigando a grandes esforços de defesa. A localização geográfica, possibilitava, igualmente, a concretização de novas rotas que não fossem no mar mediterrâneo, para atingir o grande objetivo de Portugal na Idade Moderna: chegar à Índia por mar.

1460 é a data reconhecida pelo rei D. Afonso V, *o africano*, como a data oficial da descoberta de Cabo Verde. Dois anos após essa ocorrência (1462), a ilha de Santiago começa a ser povoada e inicia-se o percurso histórico e identitário de Cabo Verde, que será moldado através de dois grandes grupos de povoadores: brancos europeus e negros africanos. Os europeus, maioritariamente portugueses e do sexo masculino, eram, sobretudo, comerciantes, pessoal administrativo – ouvidores, contadores, provedores e feitores –, religiosos – padres e missionários –, e degredados. Acresce os estrangeiros e os seus descendentes, como os castelhanos, os flamengos e os genoveses, os mercadores e a tripulação que fazia

escala em Santiago e os cristãos-novos em fuga das perseguições na Europa. Do continente africano chegaram pessoas negras em situação de escravidão, assim como alguns homens livres, sendo a maioria originária da costa da Guiné. Os grupos predominantes desta região foram: Wolof, Mandinga, Balanta, Papel, Bijagó, Felupe e Fula (Silva, 2021).

Estes grupos começaram por estabelecer pequenos povoados junto à costa e que serviam de apoio à atividade comercial e marítima e de proteção e reparação de embarcações que aportavam no território. Estamos perante núcleos populacionais, depois cidades, que tinham uma vocação nitidamente portuária, facto que é reforçado pela localização geográfica do arquipélago, próximo do continente africano e não muito longe da Europa, e pelo intensificar do tráfico negreiro presente nesta região do globo ao longo da Idade Moderna.

Irão surgir, neste quadro, e dependendo das dinâmicas da evolução do povoamento das ilhas, os povoados portuários como o primeiro assentamento humano de Cabo Verde, Ribeira Grande de Santiago ou “Cidade Velha” (1462), São Filipe, ilha do Fogo (finais de Quatrocentos), Praia, ilha de Santiago, capital do país a partir de 1858, Ponta do Sol, antes Vila Maria Pia (Pires, 2021), ilha de Santo Antão (século XIX) e Mindelo, ilha de São Vicente (XIX-XX).

As áreas portuárias principais cresceram com o surgimento dos tempos modernos, facto que originou o aumento, para além de serviços e de trabalhadores especializados, de infraestruturas e equipamentos como pontes inclinadas, alfândegas e armazéns, gruas, estaleiros e faróis. Os faróis eram, na opinião de Germán Santana, “os garantes do tráfico, os vigilantes e protetores da boa navegação” (Germán Santana, 2023) e formam construídos nos arquipélagos da Macaronésia sensivelmente nos finais do século XIX e proliferaram-se na centénaria seguinte (século XX).

2. Cabo Verde: ilhas, faróis e monumentos comemorativos

2.1. Os faróis históricos

O arquipélago de Cabo Verde não é apenas um país formado por ilhas e, consequentemente, por mar. É marcado também por faróis perfeitamente enquadrados com a natureza e virados para o imenso oceano Atlântico. Estes patrimónios, edificados, geralmente, em zonas afastadas das áreas ocupadas pelas populações, sempre exerceram, pelas suas características, visíveis na monumentalidade, na arquitetura, na função e na localização, uma grande capacidade atrativa, ou mesmo hipnotizante.

Na realidade, os faróis, equipamentos que estabelecem pontos de contacto entre o mar e a terra, cativam, não só os locais, mas também os fotógrafos, os caminhantes, os turistas e os marinheiros. Fazem parte do imaginário popular.

No entanto, cremos que para a maioria dos cabo-verdianos, o conhecimento do seu vasto património cultural, marcada aqui pela interpretação dos faróis localizados mais a norte do arquipélago, nomeadamente os faróis D. Luís e D. Amélia em S. Vicente, Fontes Pereira de Melo, em Santo Antão e Barril, em S. Nicolau, encontra-se pouco fomentado.

De outro modo, pensamos que estamos perante um tema de grande relevância para a historiografia da arte cabo-verdiana e portuguesa, pois trata-se, não obstante o surgimento de alguns estudos, de uma matéria ainda pouco explorada, principalmente quando se refere a estudos de carácter arquitetónico, através da descrição, interpretação e evolução dos programas artísticos, inserção territorial e contacto com a natureza, e exposição de memórias dos antigos faroleiros e dos seus familiares.

Nos últimos anos do século XIX, o arquipélago de Cabo Verde foi procurado, devido a sua posição geográfica, por vários barcos que tinham a necessidade de lhe demandar os portos para efetuar transações comerciais e abastecimento e para retificar as rotas. Sendo assim, as autoridades portuguesas optaram por edificar, para auxiliar e atrair embarcações para o território, vários faróis, perfeitamente visíveis na paisagem, e casas de faroleiros nas costas e portos das ilhas. Neste contexto, serão construídos vários faróis como os faróis Dona Maria Pia, criado na cidade da Praia, em 1881, D. Luís I, erguido em 1882, no ilhéu dos Pássaros, ilha de São Vicente, Fontes Pereira de Melo, inaugurado em 1886 na ilha de Santo Antão, Ponta Preta, instituído em 1889 no concelho do Tarrafal da ilha de Santiago, Barril, projetado em 1891 na ilha de São Nicolau, Rainha Dona Maria Amélia, erigido na localidade de São Pedro, ilha de São Vicente, no ano de 1894 e Morro Negro, que entra em funcionamento em 1931, na ilha da Boavista.

O seminário, realizado na Universidade da Madeira no âmbito das mobilidades ProCultura+, destinou-se a estudantes do Mestrado em Estudos Regionais e Locais e do Doutoramento em Literaturas e Culturas Insulares. Focou-se nos faróis das ilhas de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau, apresentando uma abordagem que pretendeu reconhecer e reforçar, numa perspetiva científica, mas também aberta e acessível, dois aspetos:

- a diversidade cultural, a cidadania e a identidade, não apenas em torno da materialidade, mas também à volta da intangibilidade e dos impactos;
- a dimensão artística dos faróis e das casas dos faroleiros, bem como das suas características.

Em termos de conteúdos, o seminário procurou aludir três objetos de investigação organizados a partir dos seguintes objetivos:

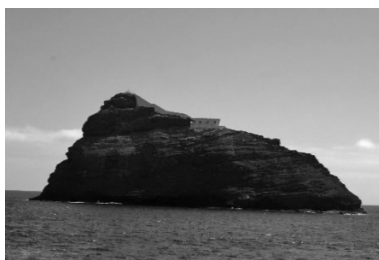
- I. Os faróis e casas dos faroleiros entendidos como objetos de história da arte de Cabo Verde e de Portugal: apresentar, entre outros aspetos, o programa arquitetónico, o estilo, as alterações sofridas com o tempo, a origem dos materiais e os responsáveis pelas obras.
- II. Paisagem cultural envolvente: apresentar os critérios de seleção dos espaços para a implantação das estruturas, a sua integração e a caracterização histórica e imaterial do lugar.
- III. As memórias dos faroleiros e familiares: demonstrar as vivências e as experiências relacionadas com a profissão.

Para concluir, exibiu-se, de forma resumida, dados históricos e artísticos dos faróis localizados nas ilhas elencadas:

a. Farol D. Luís I

O farol (1882), que se encontra situado no ilhéu dos Pássaros, conhecido vulgarmente por Djéu, apresenta uma torre em tronco de pirâmide hexagonal, pintado de branco, sobrepujado por uma lanterna de luz branca intermitente e é de 4.º ordem e com um alcance de 13 a 15 milhas. Para atingir a torre é necessário percorrer uma longa escadaria. A altitude da luz é de 86 metros. A casa, reservada à habitação dos faroleiros, fica a sul do farol e ergue-se sob uma planta retangular e é precedida por um pequeno alpendre, visível a este. Em 1910, existia, no terraço da construção, uma pequena estrutura de madeira pintada de verde, destinada à estação semafórica.

Vista geral do farol D. Luís. Foto de autor, 2022.



b. Farol Rainha D. Amélia

O edifício histórico foi erguido entre 1891 e 1893 na ponta Machado, vila piscatória de S. Pedro e apresenta uma altitude de 56,87 metros acima do nível médio do mar. A torre de 11,60 metros, que acentua a verticalidade da construção, é quadrangular e acha-se embutida na casa dos faroleiros que exibe uma planta retangular regular e interior com quartos e cozinha. A envolvente do farol e o

caminho vicinal oferece-nos uma beleza notável e é bem provável que se avistem, junto à costa, golfinhos, tartarugas, raias e diversas aves endémicas.

Vista geral do farol Dona Maria Amélia antes das obras de reabilitação de 2018.

Foto de autor, 2016.



c. Farol Fontes Pereira e Melo

O imóvel, comumente conhecido por “Farol d’Boi”, denominação que advém da sua relativa proximidade do ilhéu de Boi em Pontinha de Janela, entrou, depois de dois anos de construção, em funcionamento no dia 15 de maio de 1886. Trata-se de uma torre de secção octogonal, construída em alvenaria, com 16 metros de altura e uma altitude da luz de 162 metros, rematada por uma lanterna metálica poligonal. A ereção da casa dos faroleiros, pintada de branco, é contemporânea ao farol (1884-1886) e estava preparada para alojar duas famílias. Exibe uma planta retangular simples e um único piso. A fachada principal é simétrica, com porta ao centro e duas janelas de cada lado, dispostas de forma regular.

Vista geral do farol Fontes Pereira e Melo e Casa dos faroleiros. Foto de autor, 2024.



d. Farol do Barril

O farol é uma obra de 1891 e encontra-se localizado na ponta do Barril. Em 1910, o imóvel era descrito como um aparelho dióptrico, levantado sobre uma cabana de ferro pintada de vermelho e assente num plinto de alvenaria com 1,5 metros de altura. Não muito afastado da torre, observa-se o alojamento dos faroleiros em alvenaria e de planta retangular e uma pequena casa de banho

desativada. A torre foi remodelada em 1943 e recebeu uma nova estrutura com 9 metros de altura, ficando a luz fixa branca a uma altitude de 13 metros.

Vista geral do farol do Barril e casa dos faroleiros. Foto de autor, 2021.



2.2. Os monumentos históricos da ilha de S. Vicente

Além dos faróis e de outras infraestruturas portuárias, chegaram às ilhas meios de transporte e de comunicação, como os cabos submarinos e os hidroaviões. A primeira travessia área do Atlântico Sul realizada pelos militares Gago Coutinho e Sacadura Cabral em 1922, é um exemplo da chegada de hidroaviões. Esse evento histórico foi reconhecido pelas autoridades da ilha de S. Vicente através da criação de monumentos, que serão aludidos a partir de agora.

Um dos conteúdos trabalhados com os estudantes da Universidade da Madeira foram os monumentos históricos da ilha de S. Vicente. Inserem-se na arte urbana pública – assumindo, deste modo, uma função ornamental – e são criados para comemorar e reforçar a memória coletiva histórica de uma comunidade ou de uma sociedade mais alargada. Encontram-se, geralmente, implantados de modo a garantir a maior visibilidade possível, em locais de acesso fácil e simbólicos, sendo objeto de estudo de muitos centros de investigação e universidades, uma vez que representam, para as sociedades do esquecimento – fruto da globalização, de conflitos e de períodos de tirania política –, uma estratégia importante de preservação, divulgação e consumo histórico e cultural.

O Poss, o padrão da pontinha e o monumento da autoria do escultor Jorge Cutileiro, foram as obras selecionadas e apresentadas. O “Poss” ou a “água” é um padrão criado para memorizar e homenagear os aviadores Gago Coutinho (1869-1959) e Sacadura Cabral (1881-1924), autores da mediática travessia aérea do Atlântico Sul. A viagem, realizada em 1922 para comemorar os 100 anos da independência do Brasil em 1822, iniciou-se em Lisboa e terminou no Rio de Janeiro. Um ano antes, em março de 1921, o comandante Gago Coutinho fez uma viagem aérea entre Lisboa e o arquipélago da Madeira visando “pôr à prova os estudos feitos e seria como que um ensaio geral para empresa de maior vulto”.

Foram percorridos cerca de 1000 quilómetros e Gago Coutinho e Sacadura Cabral foram acompanhados pelo tenente Ortins Bettencourt, enquanto segundo piloto (Rodrigues, 1972).

No dia 30 de março de 1922, os dois aviadores partiram de Lisboa em direção à Las Palmas, Canárias e 5 dias depois já se encontravam em S. Vicente. O trajeto inicial seria a ilha do Sal, mas devido a uma avaria o programa foi alterado para S. Vicente, Cabo Verde, “onde sabia existir um plano inclinado pertencente ao governo” que seria utilizado para “pôr o hidro em terra a fim de instalar nos compartimentos de ré dos flutuadores uma disposição semelhante à que em Lisboa se fizera”. E assim aconteceu. Depois de várias horas de viagem e muitas dificuldades os dois aviadores avistaram, antes de alcançarem a ilha de S. Vicente, primeiramente, a ilha de S. Nicolau, depois Santo Antão e Santa Luzia.

Os dois aviadores foram recebidos com muito entusiasmo, e logo no dia 6 de abril, a Câmara Municipal de S. Vicente convidou-os para assumirem a presidência da Sessão Ordinária. A Comissão Municipal, que contou com a presença das autoridades, dos funcionários públicos, dos militares, da representação consular, dos comerciantes locais e dos mindelenses, decidiu, por unanimidade, o seguinte: abrir uma inscrição a fim de obter donativos para a construção de dois monumentos, “comemorando a chegada dos distintos oficiais da armada no hidroavião”, sendo um padrão na baía de Matiota e um obelisco na explanada da Avenida da República da cidade do Mindelo (1), dar essa explanada o nome de Sacadura Cabral e Gago Coutinho (2), propor ao parlamento a criação de uma medalha de ouro¹, única, com a inscrição – Cabo Verde 1922 – para “galardoar a bravura dos dois referidos oficiais” (3), iniciar as obras da esplanada o mais breve possível (4), pagar todas as telegramas expedidos pelos mencionados oficiais do hidroavião e a sua alimentação durante a permanência na cidade (5)² e a criação de uma comissão organizadora do monumento aos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral (6)³.

As obras para a materialização da esplanada e dos monumentos iniciaram-se imediatamente. Em agosto de 1922, estavam a ser feitos os pagamentos ao pessoal designado para essas empreitadas⁴ e em setembro do mesmo ano foi aprovado a maquete da escultura⁵. Inaugurou-se, no dia 1 de novembro o primeiro

1. Desconhecemos se a produção da medalha de ouro chegou a ser efetivada.

2. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, Sessão Ordinária de 6 de abril de 1922, N.º 22, pags. 31-32.

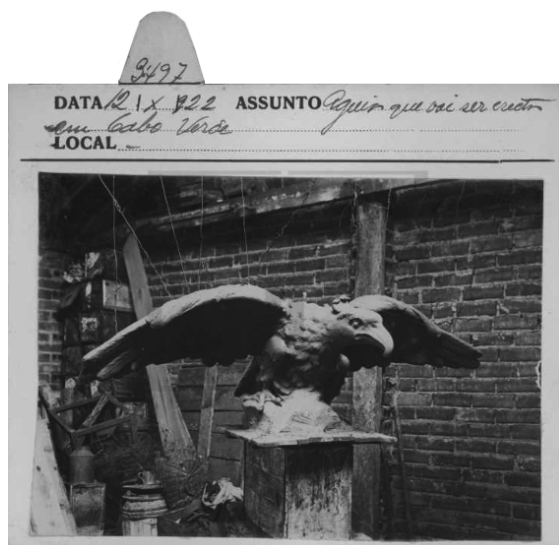
3. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 12 de julho de 1923, N.º 22, p. 115.

4. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 17 de agosto de 1922, N.º 22, p. 51.

5. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 21 de setembro de 1922, N.º 22, p. 5.

padrão comemorativo da chegada à ilha de S. Vicente dos aviadores e foram convidados os funcionários públicos, os serviços consulares e a população em geral⁶. Enquanto isso, os trabalhos no monumento situado na esplanada continuaram e sabe-se que a Comissão Organizadora do Monumento, foi autorizada, pela câmara, para levantar, em outubro de 1923, as pedras depositadas no pátio da Alfândega do Mindelo⁷. Um pouco mais tarde, em dezembro, o senador Augusto Vera Cruz leu uma carta “concernente à águia mandada executar pela câmara, em comemoração da viagem aérea”, facto que nos informa, não obstante a designação popular de “poss”, que o nome oficial da escultura é águia⁸. A águia, juntamente com a lápide com letras gravadas e desenhadas, vieram da metrópole e o valor do frete foi pago à Ribeiro da Silva⁹, pelo que estaria pronta a ser inaugurada¹⁰.

“Águia que vai ser ereta em Cabo Verde” in Jornal O Século (1922).



6. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 26 de outubro de 1922, N.º 22, p. 61. Este padrão, hoje desaparecido, inseria-se no estilo clássico caracterizado por um soco e uma coluna simples, rematado por um escudo representativo da bandeira portuguesa e coroado por uma cruz latina.

7. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 12 de julho de 1923, N.º 22, p. 115.

8. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 20 de dezembro de 1923, N.º 22, p. 144.

9. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 21 de fevereiro de 1924, N.º 22, p. 157. Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, 28 de fevereiro de 1924, N.º 22, p. 157.

10. Não conseguimos encontrar nos arquivos da Câmara Municipal a data exata de inauguração, mas deduz-se, pelo cruzamento de fontes, que terá acontecido nos inícios do ano 1924.

O monumento, projetado para comemorar a passagem pela cidade do Mindelo em 1922, dos aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral durante a travessia do Atlântico Sul no hidroavião Lusitânia, encontra-se inserido numa das áreas mais privilegiadas da urbe, na intercessão da Marginal com a rua Libertadores de África, vulgo rua de Lisboa. Tem como vizinho a antiga Alfândega do Mindelo, a Biblioteca Municipal e a praça D. Luís e acha-se orientada para a baía do Porto Grande. A obra é de planta quadrangular e estrutura-se a partir de três módulos: uma base, uma coluna disforme e uma representação de uma águia em pedra branca que serve de coroamento. A base, pintada de branco, exibe molduras simples e geométricas e várias lápides que sinalizam a história do monumento. Por sua vez, a coluna apresenta um corpo muito denso e rústico com pedra basáltica à vista, que ocupa mais de metade da obra. O elemento intermédio é encimado por uma escultura de uma águia com as asas abertas, corpo rígido e virada à oeste. O autor, infelizmente, ainda é desconhecido.

Vista geral do Poss. Foto de autor, 2024.



Mais recentemente, em 1994, a cidade do Mindelo recebeu outro monumento que homenageia, não apenas os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral, como o Tratado de Tordesilhas, redigido e acordado entre Portugal e Espanha em 1494, para dividir as terras descobertas por estas duas potências europeias da época. A lápide anexa a escultura salienta o seguinte: “Este monumento, da autoria do escultor João Cutileiro, é oferecido à cidade do Mindelo pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portuguesas, por ocasião das comemorações do V centenário da assinatura do Tratado de Tordesilhas. 20 de julho de 1994”. A escultura é de mármore e expõe uma coluna sem base e com seis tambores de tamanho irregular e não alinhados. Observa-se, no fuste, a Cruz de Cristo em relevo negativo e lê-se a seguinte mensagem: “Gago Coutinho [e] Sacadura Cabral. Primeira travessia aérea do Atlântico Sul. 1922”. A obra, localizada na Avenida Marginal e próximo da antiga Capitania Nova

é rematada por uma estrutura rústica e desalinhada com um círculo vazado no centro.

Vista geral da escultura de Jorge Cutileiro. Foto de autor, 2024.



Pormenor da escultura de Jorge Cutileiro. Foto de autor, 2024.



3. Madeira: ilha(s), insularidades, desafios

A Ilha da Madeira foi descoberta, em 1419, por Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e Bartolomeu Perestrelo, no seguimento de Porto Santo, em 1418¹¹. Estes navegadores seguiam o plano delineado pelo Infante D. Henrique – o Nave-

11. Nem todos os historiadores são unânimes no que diz respeito ao ano da descoberta das ilhas, porque os documentos conhecidos não fixam com exatidão a data do descobrimento do arquipélago. Cf. Nélson Veríssimo, “Descobrimientos e povoamento do arquipélago da Madeira”, in *Grande Dicionário da Madeira* (dir. de José Eduardo Franco), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016, pp. 18-22.

gador e D. João I ordenou, depois, o povoamento da ilha, tendo sido instaurado o sistema de colónia, que se generalizou no século XVII e foi extinto em 1977¹². Cada navegador ficou com a sua capitania. Porto Santo coube a Bartolomeu Perestrelo, Machico a Tristão Vaz Teixeira e Funchal a Gonçalves Zarco.

Encontradas desabitadas, longe da capital do Reino, rodeadas por um mar bravo, à mercê de ventos e marés, estas ilhas começam, assim, a delinear a sua condição insular. Pese embora o facto desta condição não ser linear, ela está alicerçada, regra geral, no modo como a Natureza organiza o pensamento ilhéu, na forma como o espaço foi povoado e alterou a paisagem, na religiosidade a vincar as festividades arquipelágicas, no sentimento de dor expresso pelo insular, nas múltiplas manifestações culturais madeirenses¹³. A condição insular não se aparta da visão crítica sobre os centros legitimadores e sobre o poder político instalado, podendo ainda equacionar a questão autonómica. Hoje, pode ser pensada em função de uma globalização homogeneizante e dos efeitos da turistificação da ilha. Foi, neste sentido, que procurámos ver como esta dimensão complexa se inscreve nos autores afetos à Madeira e de que modo a Literatura legitima estas vozes, constrói o seu sistema literário e apela à sua circulação.

Em Cabo Verde, em contexto de lecionação, optámos por referir, sumariamente, alguns nomes ligados à literatura contemporânea, como Edmundo de Bettencourt, Cabral do Nascimento, Herberto Helder, António Aragão, José Tolentino Mendonça, José Agostinho Baptista, Ana Teresa Pereira, para enquadrar o *corpus* dos escritores que apresentámos, a saber, Irene Lucília Andrade, José Viale Moutinho e João França. De forma também sumária, referimos alguns projetos editoriais que na Madeira pretenderam dar voz aos seus intelectuais, nomeadamente *Arquipélago* e *Aéropago* editados no *Eco do Funchal*. Aludimos às duas séries do suplemento *Pedra*. A primeira série foi publicada no *Eco do Funchal* e a segunda foi editada no *Comércio do Funchal*, sendo a imprensa local relevante para as letras madeirenses.

A partir da década de 70, de entre os vários os projetos que procuram sublinhar o ímpeto vital dos escritores insulares, destacámos *Madeira; Movimento – Cadernos de Poesia & Crítica* (1973), *Ilha* (1975, 1979, 1991, 1994 e 2008) e *Da Ilha que somos* (1977). Neles os poetas da Madeira problematizam a insularidade oceânica, a metáfora da ilha vulcânica, mas também o biografismo insular.

12. Sobre o sistema de colónia, veja-se, por exemplo, João Lizardo, “A situação da colónia à data do 25 de abril de 1974”, in *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-autonomia* (coord. João Abel de Freitas), Lisboa, Âncora Editora, 2008, pp. 191-215.

13. Cf. *A condição de ilhéu* (org. Nelson Veríssimo e Catarina Duff Burnay), Lisboa, Universidade Católica, 2021.

Mencionámos, ainda, a *Revista Margem*, *Cadernos de Santiago* (dois volumes) e a *Revista Translocal* por serem publicações que também procuram, com as suas especificidades, dar conta da produção madeirense.¹⁴

Feito o devido enquadramento, apresentámos três autores afetos à Ilha da Madeira: Irene Lucília Andrade, José Viale Moutinho e João França¹⁵. A consciência da ilha surge de forma distinta na produção destes autores. Regra geral, aparece a experiência da ilha e a pintura da sociedade insular, a questão da insularidade (do apelo da ilha à visão crítica do espaço insular), apontamentos dissonantes, tais como a crítica de costumes obsoletos, as injustiças sociais, os poderes e os conflitos, as derivas das ilhas na época da modernização, as mobilidades humanas, as inúmeras barroquizações insulares e, de quando em vez, em particular na escrita de Viale Moutinho, a desconstrução paródica do lugar, tempos e suas gentes.

3.1. *A Condição de Ilhéu: Madeira em contraluz*

São várias as reflexões que revelam que a ilha é, simultaneamente, um espaço de felicidade e um lugar hostil, como referiu Gaston Bachelard em *La poétique de l'espace* (1961)¹⁶. A ilha pode ser, de facto, um lugar paradoxal: enclausura o indivíduo, atea o desejo de partir e propõe-lhe novas vias para o encontro com o mundo. À clausura do ilhéu, alicerçada no processo mental como sustenta Abraham Moles (1982) ou como referem a geógrafa Françoise Péron e o filósofo Emmanuel Fournier (2015), ergue-se o enclausuramento real marcado por inúmeras dissonâncias: históricas, económicas, geográficas e políticas. Compreende-se, assim, que o insular procure outros territórios e outras culturas¹⁷.

Na sua projeção utópica, a ilha associa-se, comumente, à visão paradisíaca do lugar. Contudo, a ideia de exclusão e de exílio vem mostrar como o espaço insular está também associado à noção de Distância, de Periferia, de Exílio, de Insulari-

14. No momento da finalização deste artigo, está a ser preparado o 1.º Colóquio de Literatura da Madeira. Para mais informações, veja-se <https://abm.madeira.gov.pt/coloquios-literatura-madeirense/>. Atente-se no enquadramento conceptual e históricos que acompanha a chamada para trabalhos. Trata-se de um texto longo, mas esclarecedor da dinâmica de um sistema que procura, ao longo dos tempos, a sua legitimação.

15. Oferecemos à Universidade de Cabo Verde algumas republicações levadas a cabo pela editora Imprensa Académica: *A Penteada*, de Irene Lucília Andrade, *A Ilha das Quatro Estações*, de José Viale Moutinho, *Ribeira Brava e António e Isabel do Arco da Calheta*, de João França. Apesar de não ter sido estudado em contexto de sala de aula, também oferecemos *A Mão de Sangue*, de João Augusto de Ornelas.

16. Cf. Gaston Bachelard, *La poétique de l'espace*, Paris, PUF, 1961.

17. Abraham Moles, "Nissologie ou sciences des îles". *L'espace géographique*, n.º 4, pp. 281-289. https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1982_num_11_4_3782. Cf. também Françoise Péron e Emmanuel Fournier, *Se confier à l'île, pensées croisées sur l'Ouessant*, Châteaulin, Locus, 2015

dade e de ‘Ilheidade’, conceito desenvolvido por estudiosos francófonos (Moles, 1982, Bonnemaison, 1991 e Péron, 1993). A lonjura que oprime o Insular e se espriam nos textos selecionados, comungam, de certo modo, com a observação de Françoise Péron (1993) para quem as limitações culturais sobrepõem-se às limitações geográficas, acentuando, assim, a sensação de abandono e de solidão¹⁸. A alteridade insular provoca, desde cedo, atração e repúdio. Rodeada de mar e apartada do mundo, a ilha é lugar de partida e de chegada, *locus amoenus* ou *locus horrendus*. Múltiplo e Diverso, o espaço solar e soturno possibilita à literatura ensaiar uma visão reflexiva e crítica sobre essa dualidade.

Não podendo abarcar todas estas questões, procurámos equacionar algumas situações, apontando certos traços que marcam a condição insular: a ilha como arquétipo (lugar edénico e lugar infernal); a geografia a vincar a cultura e a identidade insulares; o fenómeno do isolamento a sublimar a ideia de abandono e de periferia; o sentimento de contradição da condição de ilhéu perante o constrangimento da geografia; a Ilha prisão e a linha do horizonte como expectativa; o mar omnipresente com as suas práticas culturais e sociais, o sentimento de solidão e de abandono pelos poderes económicos e políticos centrais; a consciência de escassez, de limite e de carência; a noção de desigualdade e a prioridade de sobrevivência; o sistema de colónia e as múltiplas disforias insulares afetas ao Progresso hodierno; os ciclos da emigração e o regresso dos torna-via-gens; a ilha como centro do mundo e lugar fértil para a (re)criação do imaginário, entre outros.

3.2. *A escrita de Irene Lucília Andrade: ressonâncias da ilha e do mundo*

Irene Lucília Andrade tem uma publicação relevante, quer poética, quer ficcional, quer, ainda, cronística. Desde o primeiro livro de poesia *Hora Imóvel* (1969) ao último livro *Escrito a Pedra e Ínsula... Entre Funchal e Veneza* (2024), a escritora procura dar conta das inúmeras ilhas que a habitam, relevando não tanto o espaço edénico, mas sobretudo o lugar periférico, isolado e preso a atavismos¹⁹.

A consciência insular e o mundo arquipelágico surgem na poesia, nomeadamente em *O Pé Dentro d'Água* (1980), *Ilha que é Gente* (1986), *A Mão que Amansa os Frutos* (1991), *Estrada de um Dia Só* (1995), *Protesto e Canto de Atena* (2001) ou *Água de Mel e Manacá* (2002). A escrita ficcional luciliana, em particular *Angélica e a sua Espécie* (1993), um romance de formação, e *Porque*

18. Joël Bonnemaison, *Vivre dans l'île: une approche de l'îlêité océanienne*, Paris, Orstom, 1991; Françoise Péron, *Des îles et des hommes: insularité aujourd'hui*, Rennes, Ed. De la Cité-Ouest France, 1993.

19. Publicámos parte deste trabalho em “A Ilha e o Mundo na escrita de Irene Lucília Andrade”, in *Insularidades. Rotas. Gentes. Lugares* (coord. Leonor Martins Coelho), Porto, Edições Afrontamento, 2020, pp. 23-43.

me *Lembrei dos Cisnes* (2000), um romance epistolográfico, *A Penteada ou o Fim do Caminho* (2004) e *Crónica Breve da Cidade Anónima. À Hora do Tordo* (2008) revelam, também, as temáticas mencionadas.

Salientámos, ainda, as várias participações no projeto coletivo *Ilha* (1979, 1991, 1994 e 2008) e o último livro acabado de ser publicado, *Escrito a Pedra e insulas. De Funchal...a Veneza*²⁰, porque neles podemos conferir este sentimento de solidão e afastamento que o espaço insular parece conter no seu âmago. Trata-se de uma linha forte e contínua que atravessa a sua escrita. Nestes artefactos literários é possível dar conta da solidão, do vazio, do atavismo inerente à condição madeirense, tal como ela é sentida pela voz dos textos.

Na verdade, nos primeiros escritos poéticos publicados nos projetos *Ilha*, Irene Lucília Andrade procura destacar os *topoi* ligados à paisagem insular ignorada dos grandes centros literários, ainda que depois a solidão envolva outros cenários e circunstâncias. Assim, a produção luciliana denunciará, por um lado, o menosprezo que as instâncias legitimadoras nutrem pelos escritores locais e revela, por outro, como a condição periférica enclausura, metaforicamente, o indivíduo dentro do espaço contornado pela imensidão do oceano.

De facto, nos primeiros projetos editoriais *Ilha*, a escritora sente-se geográfica e intelectualmente abandonada: “Encontrámos o silêncio a esconder/a memória magoada dos poetas/doentes de palavras/e as mãos dos famintos entendidas/a ameaçar a prepotência dos risos.” (Andrade, 1979: 52)²¹.

Ao revelar um espaço ermo e sombrio, a poesia regista a clausura do ilhéu vindo Irene Lucília Andrade a ditar, simultaneamente, a ânsia de partir, colocando, assim, um termo ao drama da vivência insular: “Repudio estes meses azia-gos (...) afirmo a teimosia dos tributos ao sonho/nitidamente voltada para onde a cor seja o lilás da cortina/o olhar mais de frente ou o braço simples/sobre os ramos ou as vozes amadas” (Andrade, 1994: 92)²².

Em *Ilha 5*, a crítica ao excesso de betão que desfigura a exuberância paisagística aponta o lado mais obscuro do espaço insular: “Este é o tempo em que se confirma/o verão dos trabalhos o auge dos ofícios/a precisão dos obreiros/por um ténue sussurro de areias/no emergir dos muros/o chiar duma viga no suster dos telhados/o ronco agreste do fórceps/a esventrar a montanha” (Andrade, 2008a: 29). Anunciando uma cesura com a situação do escritor periférico, a poesia

20. Faz parte da trilogia *Sete Pássaros sobre a Laguna* (2020) e o *Inevitável regresso dos pássaros* (2022).

21. Irene Lucília Andrade, “Palavras que levo em viagem”, in José António Gonçalves (coord. e notas), *Ilha 2*, Funchal, Edição da Câmara Municipal do Funchal, 1979, pp. 46-67.

22. Irene Lucília Andrade, “Amargo é o estar do tempo”, in José António Gonçalves (coord. e notas), *Ilha 4*, Funchal, Edição da Câmara Municipal do Funchal, 1994, pp. 79-95.

luciliana revelará as preocupações do poeta perante o frenesim da atualidade, denunciando, pela isotopia do labor ruidoso, a dissonância que se redesenha num verão laborioso.

Ao longo da sua produção, Irene Lucília Andrade vai ditando a contradição desconcertante da experiência insular e dá a ver os caminhos de inquietação que percorrem os seus versos. Assim acontece com *Cadernos de Santiago I* e, de certo modo, com *Cadernos de Santiago II*. A ilha pode ser estrada, ponte e diálogo, ora porque a de circulação com o longínquo é cada vez mais facilitada, ora porque o indivíduo deve abrir-se ao sonho da partilha e da comunhão. Apesar de pequena e isolada, a ilha abre-se ao infinito e as múltiplas experiências viáticas apelam ao encontro das margens.

São vários os livros lucilianos que abordam a viagem e o contacto com a alteridade. Por razões pedagógicas, destacámos os livros que revelam o fascínio pela Itália, mais concretamente por Veneza, diferente do Funchal pela referência à monumentalidade e magnificência das múltiplas formas de Arte. Sem descurar o vínculo que liga as diferentes vozes do texto à Ilha da Madeira, nas sete narrativas breves que compõem *Sete Pássaros sobre a Laguna*, Irene Lucília Andrade destaca a importância da escrita como arte que lhe permitiu “superar os limites da terra onde [nasceu]” (Andrade, 2020: 11)²³, não nega o seu substrato ilhéu, “amante e água e das matérias liquefeitas, das humidades e do nevoeiro” (Andrade, 2020: 11) e desvenda o fascínio que Veneza “a cidade, simultaneamente, sombria e brilhante” (Andrade, 2020: 12) exerce sobre ela.

Pensar a ilha e o mundo é apresentar dois espaços, aparentemente, dicotómicos. Em ambos os casos, o espaço não surge como mera decoração na escrita de Irene Lucília Andrade, antes irrompe como agente da estrutura dos textos, patenteando uma espécie de consciência geográfica. A leitura geocentrada da escritora permite-nos descobrir o espaço insular, exuberante e acolhedor, mas, não raras vezes, morno e apático. Apesar da distância cada vez mais encurtada com o continente, este microcosmos exalta, é certo, a dissonância e o isolamento. Esta questão está claramente inscrita no último livro, confirmando esta proposta editorial como a autora entende a relação entre o Homem, a ilha e o mundo.

3.3. A produção de José Viale Moutinho: visões disfóricas e humorismos críticos

Multipremiado, José Viale Moutinho é, indubitavelmente, um escritor reconhecido no panorama da literatura portuguesa. Da literatura infantojuvenil, à

23. Irene Lucília Andrade, *Sete Pássaros sobre a Laguna*, Lisboa, Âncora Editora, 2020.

escrita dramatúrgica, passando pelo romance e pelos contos, a escrita moutiniana é diversa em termos genológicos, motivos e assuntos.

Quanto ao modo como a ilha ocupa destaque na sua produção são vários os livros que sugerimos: *Romanceiro da Terra Morta* (1988), *Pavana para Isabella de França* (1992), *Cenas da Vida de um Minotauro* (2002), *Já os Galos Pretos Cantam* (2003), *Destruição de um Jardim Romântico* (2008), *Fechem essas Malditas Gavetas* (2014) *Águas Negras* (2015). Através, quer da ironia, do sarcasmo e da paródia, quer da sobreposição de tempos e espaços distintos que levam o leitor a percorrer mundos insólitos e fantasiosos, a singularidade das narrativas de José Viale Moutinho revela errâncias, desencantos e transgressões que assolam o espaço insular²⁴.

Não nos podendo alongar sobre todas estas possibilidades, destacamos, em contexto de leccionação, o projeto editorial intitulado *A ilha das quatro estações*²⁵. Trata-se de uma antologia que permite apresentar inúmeras partituras da insularidade moutiniana. Neste livro, o escritor selecionou alguns livros onde a condição insular se reflete, nomenadamente em *Pavana para Isabella de França* (1.^a edição 1992; 2.^a edição 2007), *Cenas da Vida de um Minotauro* (2002), *Já os Galos Pretos Cantam* (2003), *Destruição de um Jardim Romântico* (2008), *Velhos Deuses Empalhados* (2010), *Fechem essas Malditas Gavetas* (2014), *Retorno ao Hotel Graben* (2014) e *O Diabo Coxo* (2015).

É possível desvendar em *A ilha das quatro estações* várias possibilidades de apreender o espaço. As vozes dos textos virão interrogar o lugar, as suas gentes e as suas memórias. O processo de concentração e de depuração dos contos oferecem ao leitor universos assombrosos, revelando situações distópicas. Através do olhar clínico do autor lançado sobre um assunto, tema ou protagonista, os textos revelam múltiplas histórias desenroladas nos meandros da complexidade do mundo insular.

Através de uma linguagem humorística ou sarcástica que convida à leitura, a escrita moutiniana pode apreenar várias faces da ilha, regra geral afeta à

24. Dentro das questões insulares, referimos o conjunto poemático “Ilha – Veredas”. Trata-se de uma sequência poemática de oito textos relativamente breves publicados em *Cadernos de Santiago I*. A voz observa, questiona e comenta a transformação da Ilha e a atual condição insular. Continuamos no terreno da crítica social e política, vindo o autor ampliar agora uma geopoética específica: a da Ilha da Madeira na sua modernidade dissonante, vítima da ira dos deuses e do desvario do Homem, partindo a poesia da aluvião que se abateu sobre a Madeira a 20 de Fevereiro de 2010.

25. Sobre estas questões, veja-se Leonor Martins Coelho, “Luzes e sombras: barroquização e utopia em *A Ilha das quatro estações*”. Posfácio ao livro *A Ilha das quatro Estações*, de José Viale Moutinho (edição literária de Ana Isabel Moniz e Leonor Martins Coelho), Imprensa Académica, col. “Ilustres (Des)conhecidos”, n.º 9, 2021, pp.159-183.

seguinte tipologia: a ilha lendária, a ilha dos regressados, a ilha da exuberância paisagística, a ilha-terapêutica ou a ilha dos afetos. Assim, o leitor poderá ver a ilha, afastada do continente, sob o signo do atavismo, do distanciamento castrador, da ocupação estrangeira, da mundanidade vazia, do turismo vazio, da desmemória, dos efeitos folclorizantes e da existência de indigentes.

Em alguns contos, os elementos históricos são convidados para um enredo que mescla tempos e situações diversas. O conto moutiniano permite então recordar episódios da História Insular, como os ataques ao Funchal por corsários, a fuga de religiosas para o Curral das Freiras, a Revolta do Pão/ Revolta da Farinha ocorrida em 1931, inúmeros casos de revoltosos ou insubmissos, ainda que silenciados. Traz, ainda, para a sua trama os costumes da terra, como o uso das carroças da Casa Hilton, e lembra os bordados da Casa Rodrigues Viola ou o contributo da família Perestrelo, no âmbito da fotografia.

Destacamos *Velhos Deuses empalhados* porque neste livro, em particular nas narrativas selecionadas para *A Ilha das quatro estações*, o escritor, através de um narrador que é uma espécie de alter ego, como acontece com Máximo Brandão, (d)escreve um espaço-tempo da atualidade insular em que o ‘Grande Teatro do Mundo’ se encena entre a Catedral e o Teatro Baltasar Dias, no centro do Funchal. Múltiplas personagens são captadas pelo olhar sarcástico do observador. A obra convoca tópicos da contemporaneidade dissonante, aborda também a questão da homossexualidade e relembra a pequenez do espaço.

Destacamos a narrativa “Como Tremeu a ilha das quatro estações”. Incluída inicialmente em *Fechem estas malditas gavetas!*, o texto lembra a lenda de Machim e de Ana D’Arfet para passar às dissonâncias da atualidade madeirense. A Madeira é apresentada rica e diversa, em termos de flora e fauna. Garcia de Anrede (lembrando os cronistas de outrora) aponta, no texto moutiniano, a presença da escravatura negra e mourisca, lembrando que a ilha também é um espaço de mestiçagem. Recorda, ainda, as intempéries que assolaram a ilha da Madeira. Vítima de desastres sísmicos, os primeiros habitantes pedem a intervenção do divino, reconhecendo D. Bernardo Barbadão, numa clara alusão a São Brandão, como patrono do Funchal. A história dos primórdios do povoamento intercala-se com uma atualidade mais recente. A escrita moutiniana aponta para a figura do ogre, que se apresenta como a figura devoradora da alma do lugar. Uma figura que se encontra em diversas produções de José Viale Moutinho, nomeadamente em *Regresso ao Hotel Graben*. Deste livro foram selecionadas várias narrativas para o projeto editorial *A ilha das quatro estações*. Não poderia aqui faltar a visão crítica sobre as praias contruídas com areia amarela para o turismo. Em “Uma praia vinda de Marrocos”, a

voz do texto insurge-se contra a artificialização do lugar, um espaço pensado para atrair veraneantes, mas que desconstrói a alma das praias de areia preta e calhau.

3.4. *A ficção de João França: insularidades e ambiências periféricas*

Jornalista e escritor, João França deixa-nos um legado relevante no campo do património cultural e literário do século XX. Nos seus romances históricos, de índole familiar ou de cunho cultural, como em *A Ilha e o Tempo* (1972), *António e Isabel do Arco da Calheta* (1985), *Uma Família Madeirense* (2005; 2.^a ed. 2019) e *Uma Tragédia Portuguesa* (2017), o escritor revela-se exímio nos romances de fundação, nas narrativas de trama familiar e nas que revelam as disforias dos fenómenos migratórios. Nos dois primeiros romances referidos, o autor dá a ler a construção da Ilha em tempos de globalização, neles sublinhando consciência de uma identidade insular e as vivências arquipelágicas nos primeiros séculos da ocupação na Madeira; no terceiro romance citado refere a sociedade de novecentos em devir, nomeadamente em dois períodos distintos: o que se segue à Revolta do Leite de 1936 e o que transborda no verão quente de 1975²⁶.

Destes romances, destacámos *A Ilha e o tempo* porque o romance apresenta-se como uma metáfora da humanização da ilha. A narrativa inscreve-se na linhagem de histórias da mulher heroica e da luta contra uma sociedade patriarcal. Fala de ambições desmedidas, sobretudo por parte de irmãos ambiciosos. Revela as epidemias que assolam a região e a fuga dos habitantes para lugares mais protegidos. Sublinha a vitória do homem (e da mulher) sobre o basalto, revelando como a ilha foi sendo ocupada, do mar à serra. Não omite a presença de escravos africanos na Madeira. Também aqui a escrita recorda a presença de culturas e povos diversos na edificação insular.

Optámos também por dar relevo à contística. Publicado em 1954, *Ribeira Brava*, por sua vez, congrega tradição e modernidade e a brevidades dos textos permite uma melhor visualização da degenerescência humana que todos os contos sublinham. Interessou sobretudo apontar os textos com referencial madeirense²⁷. Assim “Ribeira Brava” ou “A árvore maldita” contam as dissonâncias da

26. No último romance, o autor explorou as dissonâncias da emigração a salto para França e as (des)ilusões dos migrantes nos *bidonvilles* nos arredores da cidade Luz. Por não tratar de matéria madeirense, este romance não foi abordado em contexto de leçãoção.

27. Sobre a totalidade do livro, veja-se Leonor Martins Coelho, “*Ribeira Brava*: Desconcertos (a várias vozes)”, posfácio a *Ribeira Brava* (coord. Leonor Martins Coelho), Imprensa Académica, “Col. Ilustres (Des) conhecidos”, n.º 7, 2020, pp. 178-194.

ilha e do indivíduo e inscrevem-se sob o signo do assombro e de inquietação, como veremos de seguida.

Optando por um certo realismo mágico, no seu intuito crítico e denunciador, o escritor procura exemplificar a degenerescência humana e social. Os contos de João França não caem na tentação da linearidade da desumanização do humano muito embora os textos anunciem ressonâncias diversas que visam sublinhar o seu lado mais sombrio. Nestes desconcertos do mundo, a escrita de João França nestes dois contos, em concreto, apresenta uma galeria de personagens que, curiosamente, o lápis azul da Censura não riscou. Neles, homens e mulheres apresentam um rol de patologias comportamentais que podem chegar a roçar a loucura e culminam, não raras vezes, com instintos assassinos.

Os contos a que chamariamos narrativas rurais, ou seja, “Ribeira Brava” e “A árvore maldita”, patenteiam “cenas evocativas de costumes madeirenses”. “Ribeira Brava” abre a coletânea com o título epónimo, desvendando a narrativa, das mais concisas do conjunto de textos selecionados pelo autor, uma sociedade presa a superstições e dada a crenças e benzeduras. João França mostra, pois, uma sociedade vergada pelo peso de uma cultura arcaica, popular e tradicional. Em dias de temporal, a história ocorrida nesta localidade da ilha da Madeira destaca o “Poder de Deus” que se abate sobre as gentes da localidade com fortes chuvadas e ventanias. Desencadeia-se o pavor dos habitantes, almeja proteção e concilia-se divino e profano, em prol da salvação. Esse ‘poder de Deus’ surge, aliás, em *A Penteada ou o fim do caminho*, de Irene Lucília Andrade, e, num jeito peculiar, em “Ilha-Veredas”, de José Viale Moutinho.

A situação do conto de João França parece simples: uma criança nascida frágil, de “bucho encostado” ou por via do “mau olhar”, acaba por morrer e vai a enterrar em dia de temporal. O destino, aparentemente traçado à nascença, abater-se-á sobre o indefeso. Neste cenário, uma sombra teima aparecer, aqui e ali, perturbando o desenrolar do funeral do jovem menino. Trata-se, na verdade, de Elvira que corporiza uma figuração híbrida (meia mulher, meio felino) e que o *incipit* do conto revela. Numa analepse explicativa, o leitor ficará a saber que Jacinto Levadeiro trocara Elvira do Lagar por Alice Bordadeira e que desse amor nasce uma criança débil, fisicamente. Trata-se de uma escrita que explora a identidade local através do uso das alcunhas, prática também recorrente nas localidades portuguesas continentais.

O texto revela, ainda, traços insulares concretos: a luta do homem contra o basalto e os domínios de circulação de águas nas levadas, a arte dos bordados e a economia da vinha, com os lagares de vinho e de aguardante mencionados na diegese. Recuperando o tempo presente da narração, o texto retoma o funeral da

criança que não se realiza com a normalidade desejada: os braços frágeis das crianças que transportavam o caixão do menino não resistem às fúrias da ribeira e o caixão é levado pelas águas desenfreadas. Será o cão Nero a recuperar o cadáver do menino, permitindo que Elvira o entregue aos pais, redimindo-se, de certo modo, da uma mesquinhez antiga e visceral. À desumanização do indivíduo somou-se, pois, uma certa humanização do animal. “Ribeira Brava” revela alguma resiliência, nomeadamente no *excipit* do conto patenteada no luto final que une, de certo modo, duas mulheres distanciadas pelo amor ao mesmo homem.

Retomando as práticas ruralizantes de “Ribeira Brava”, o conto “A árvore maldita” revela o conformismo de gentes presas à terra, à tradição, ao cunho religioso, a essa cultura de cariz castigadora e ultramontana. Ao longo da narrativa, explora-se o sentido de pertença à comunidade. O jovem Manel, com outros hábitos adquiridos na cidade, não acompanha o grupo até à Igreja, nem acolhe o chamamento do búzio de Pedro, convidando à devoção domingueira. Se a narrativa dá conta do casamento de Manel com Maria do Céu é para pontuar a relação de estranheza causada pela presença incómoda de um estrangeiro no dia da cerimónia, que se revelará essencial no desfecho da narrativa.

Num pacto com o Demónio, este texto de João França fará pairar o mau agoiro na casa do jovem casal. Aliás, todas as indicações convergem para o desenlace trágico. De facto, os nomes são premonitórios: Maria do Ceu (mãe) acabará por falecer dando à luz a pequena Maria do Céu (filha). Já bem perto do fim, “Árvore maldita” exalta a força do mal e a fraqueza do homem, ditando a Manel comportamentos indecorosos e transgressores, já que desflora a filha, sublinhando-se, assim, a ideia de decadência humana. Só a morte libertará o carrasco do pecado. Manel enforcar-se-á na árvore oferecida pelo Demo, expiando, desta forma, o seu erro.

A produção de João França denuncia as carências e as difíceis condições de vida dos populares insulanos, a fome a que eram votados os mais desfavorecidos em benefício de certos senhorios, a credence ou a credulidade do povo, o conformismo e as hipocrisias da alta sociedade funchalense, os vícios da imprensa regional, os comportamentos considerados “desviantes”, o desinteresse pela leitura e a vida cultural, as práticas sociais e as mentalidades provincianas.

Assim acontece no livro *O Emigrante*, uma coletânea de contos onde o autor inclui uma peça de teatro que versa sobre o conto de abertura. Neste livro, as narrativas estão assentes, de certo modo, numa matriz estética ligada a um neo-realismo tardio. Destacamos três contos: “O emigrante”, “O caminho do Monte” e “Lito e a mergulhança”. No conto com o título epónimo, o intuito passa pela denúncia da luta de classes, pela descrição das agruras das vicissitudes da vida,

pela inscrição da epopeia da emigração no corpo ficcional, pela inclusão de usos e costumes insulares. “O caminho do Monte” aborda o tradicional carrinho do Monte, as mezinhas que podem pôr fim às dores dos carreiros, a emigração para o Curaçau ou a presença de turistas na Ilha. Por sua vez, em “Lito e a mergulhança”, através da desenvoltura do jovem Lito, o leitor acompanha a prática do mergulho que levava homens e rapazes a mergulharem em busca de uma moeda lançada no mar da Madeira por turistas ávidos de curiosidades locais. Verificá-mos que se tratou de um escritor claramente apreciado pelos estudantes, talvez por retratar, de um ponto de vista social e cultural, as insularidades distópicas.

Coda

Em “The Coming of Age of Island Studies”²⁸, G. Baldacchino sustenta que os estudos insulares se encontram, atualmente, reconhecidos pelos investigadores. Ainda que provenientes de áreas distintas, foi nossa intenção subordinar esta experiência de permuta a um fio condutor que contemplasse, junto do público estudantil, a questão da(s) Insularidade(s) nas áreas em que lecionamos ou investigamos. Foi, pois, na relação homem-ilha e na visão crítica dessa interação que se desdobrou a mobilidade docente. Na verdade, também é nosso propósito contribuir para a consolidação de uma área do saber em franca expansão nas academias.

Foi debatida a possibilidade de desenvolver trabalhos conjuntos que propo-nham um percurso programático, construtivo, estilístico e explicativo, bem como referências literárias, relativamente aos faróis históricos dos arquipélagos da Madeira, de Cabo Verde e dos Açores. Para além das universidades, teríamos outras instituições insulares que poderiam colaborar com o projeto como o Centro de Estudos de História do Atlântico Alberto Vieira (CEHA – Madeira) e o Instituto do Património Cultural (IPC – Cabo Verde). Acresce igualmente a criação de estudos que versam sobre o património hidráulico edificado enquanto objetos históricos, materiais e transformadores das paisagens das ilhas do Atlântico Norte e estudos alusivos a materialização de eventos internacionais que marcaram a memória coletiva das sociedades insulares.

As pesquisas relacionadas com o património tangível das ilhas (os faróis históricos, as construções hidráulicas e os monumentos), careciam de uma dedicação forte das instituições e dos investigadores envolvidos e de uma coordenação consciente dos grandes desafios.

Convém sublinhar que durante a mobilidade foi possível realizar várias visitas aos espaços históricos, culturais e museológicos da ilha da Madeira, como a

28. *Op. cit.*

cidade do Funchal enquanto espaço produtor de arquitetura (religiosa, militar e civil) e do urbanismo (praças históricas, ruas, relação entre urbe, ribeira, configuração topográfica e o mar) e da arte (performances e a arte pública). No entanto, gostaríamos de destacar a visita ao Museu de Arte Contemporânea da Madeira e ao farol da Ponta do Pargo. O museu, que ocupa uma área de 1800 m², oferece, para além de espaços expositivos, serviços educativos, auditório, centro de documentação sobre a história da arte contemporânea portuguesa, cafetaria e loja. O acervo conta com obras de artistas como Lourdes de Castro, Joaquim Rodrigo, Helena Almeida, Manuel Rosa, António Palolo, Pedro Calapez, Pedro Casqueiro e Fernanda Fragateiro. A experiência da visita será útil no estudo que estamos a desenvolver na Universidade de Cabo Verde, Faculdade de Educação e Desporto, em colaboração com a Fundação Andorinha (Roterdão), referente a musealização da localidade de Monte Joana, ilha de Santo Antão.

Por sua vez, a visita ao farol da Ponta do Pargo (1922), foi oportuno, na medida em que possibilitou, por um lado, o conhecimento, *in loco*, de um equipamento de iluminação para a navegação marítima inserida na ilha, e, por outro, o estabelecimento de uma análise comparativa (enquadramento paisagístico, programa construtivo, dimensões) entre o farol da Madeira e os faróis construído em Cabo Verde, que tem sido, nos últimos anos, objeto de estudo da nossa pesquisa.

Uma experiência *Erasmus* não se limita à docência ou a uma intervenção de teor mais formal nas instituições superiores envolvidas nos programas de intercâmbio internacional. Desta prática resultaram várias possibilidades a serem implementadas a médio e a longo prazo entre a Madeira e Cabo Verde, de entre as quais destacamos a possibilidade de dinamizarmos um projeto no campo editorial ou retomar algum projeto já em curso.

Equacionámos a publicação de uma antologia de textos literários afetos a Cabo-Verde, Madeira e Açores que vise dar conta da condição insular destes arquipélagos, nela envolvendo outros docentes com provas dadas na área dos Estudos Insulares. Nesta antologia literária, muitos *topos* serão comuns, como a ideia de fechamento e de isolamento ligada, tantas vezes, à visão da Ilha; as dificuldades sentidas pela população terão, decerto, visibilidade nos dois sistemas literários; as saídas forçadas pelas vicissitudes da vida serão, com certeza, tema recorrente nas literaturas insulares; a experiência da territorialidade ameaçada por vários fatores pode ser, também, equacionada; as epistemologias do sul reavivadas à luz da ecocrítica darão a ver renovadas formas de ler as derivas climáticas; fenómenos de miscigenação cultural e identitária poderá ser perspectivada, de modo a compreender como as questões rizomáticas se dão a ler através da palavra escrita; inúmeras representações arquipelágicas.

Este projeto necessitaria não só da boa vontade dos organizadores, mas também de uma política editorial delineada, quer nas academias, quer noutros grêmios. Acreditamos que se trata de um artefacto cultural relevante para o público em geral, e para o público estudantil, em particular. Uma edição com a chancela da AULP não seria despropositada. Reativar o projeto *Cadernos de Santiago* foi também uma equação debatida. Se, por um lado, os dois primeiros volumes publicados espelham a produção de autores afetos à Madeira, nada invalida que este projeto se abra a outros arquipélagos em que a língua portuguesa é um denominador comum.

Diga-se, ainda, que esta mobilidade contribuiu para consolidarmos algumas leituras de escritores cabo-verdianos, de modo a serem lecionados no âmbito da UC “Sociedade e Culturas Insulares” do Mestrado em Estudos Regionais e Locais, ministrado na Universidade da Madeira (UMa). Por isso, a experiência revelou-se enriquecedora, também neste aspeto. Assim, se autores como Jorge Barbosa e Baltazar Lopes já faziam parte das leituras da unidade curricular, outros, como Germano Almeida, Dina Salústio, Vera Duarte e Corsino Fortes, juntar-se-ão à dinamização leitora que incutimos em contexto letivo.

Refira-se, por fim, que a estadia em São Vicente permitiu conhecer várias vozes da música cabo-verdiana. Ainda que, por questões de formação académica, esses interpretes da morna e da coladeira não caibam (ainda) dentro da lecionação, foram determinantes para fazer desta mobilidade uma experiência cultural, deveras, enriquecedora. Sob o signo do patrono Eugénio Tavares, o espetáculo musical que decorreu, no dia 18 de outubro, em frente ao Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design (CNAD), no Mindelo, e que pretendeu comemorar o dia Nacional da Cultura, contou com dez belíssimas vozes que revelaram a dimensão telúricas das ilhas cabo-verdianas: Juvino dos Santos Isatimas, Betina Lopes, Gai Dias, Carla Lima, Vânia Mendes, Dany Mariano, Gabriela Mendes, Derik Salomão, Carla Silva e Constantino Cardoso revelaram a pujança da cultura musical, as capacidades de (re)interpretação dos seus cantores e a possibilidade, quiçá, de uma atuação musical que una as ilhas atlânticas, possibilidade que poderia inscrever-se num projeto da UC “Estudos Culturais”, lecionada no mestrado de Gestão Cultural na Faculdade de Artes e Humanidades da UMa. Ficam os reptos.

Referências

- Albuquerque, L. (2001). O Descobrimento das ilhas de Cabo Verde. Em M. E. Luís de Albuquerque, *História Geral de Cabo Verde, Vol. I* (pp. 23-39). Lisboa/Praia: IIT/INIC.
- Andrade, I. L. (1979). Palavras que levo em viagem. Em J. A. Gonçalves, *Ilha 2* (pp. 46-67). Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Andrade, I. L. (1994). Amargo é o estar do tempo. Em J. A. Gonçalves, *Ilha 4* (pp. 79-95). Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Andrade, I. L. (2008). Uma nesga do mundo. Em M. A. Gonçalves (Coord. e projeto gráfico), *Ilhas 5* (pp. 27-38). Vila Nova de Gaia: Edição 7 Dias e Noites e Funchal 500 Anos.
- Andrade, I.L. (2020). *Sete Pássaros sobre a laguna*. Lisboa: Âncora Editora.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, O Século, Fotografias de 1921-1925, doc. 03497.
- Atas da Câmara Municipal de S. Vicente, N.º 22, 1922-1924.
- Bachelard, G. (1961). *La poétique de l'espace*. Paris: PUF.
- Barcellos, C. J. S (1892). Roteiro do Arquipélago de Cabo Verde. Lisboa: Tipografia do Jornal.
- Bonnemaison, J. (1991). *Vivre dans l'île: une approche de l'iléité océanienne*. Paris: Orstom.
- Coelho, L. M. (2021). A ilha e o mundo na escrita de Irene Lucília Andrade, in *Insularidades. Rotas. Gentes. Lugares*. (pp. 23-43). Porto: Edições Afrontamento.
- Coelho, L. M. (2021). Luzes e sombras: barroquização e utopia. Em *A Ilha das quatro estações, de José Viale Moutinho* (edição literária de Ana Isabel Moniz e Leonor Martins Coelho), Col. Ilustres (Des)conhecidos, n.º 9. (pp. 159-184), Funchal: Imprensa Académica.
- Coelho, L. M (2020). *Ribeira Brava*: Desconcertos (a várias vozes). Em *Ribeira Brava*, de João França (edição literária de Leonor Martins Coelho), Col. Ilustres (Des)conhecidos, n.º 7. (pp. 178-194). Funchal: Imprensa Académica.
- Péron, F e Fournier, E. (2015). *Se confier à l'île, pensées croisées sur l'Ouessant*. Châteaulin: Locus.
- Péron, F. (1993). *Des îles et des hommes: insularité aujourd'hui*. Rennes: Ed. De la Cité-Ouest France.
- Germán Santana, M. Á. (2023). *As Portas da Macaronésia*. Canárias: Direção Geral do Património Histórico e Cultural do Governo de Canárias.
- Lizardo, J. (2008). A situação da colónia à data do 25 de abril de 1974. Em João Abel de Freitas (coord). *A Madeira na História. Escritos sobre Pré-autonomia*. Lisboa: Âncora Editora.
- Matos, A. T. (2005). *Nova História da Expansão Portuguesa. A Colonização Atlântica*. Lisboa: Editora Estampa.
- Moles, A. [1982]. Nissologie ou sciences des îles. *L'espace géographique*, n.º 4 (pp. 281-289). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1982_num_11_4_3782 [consultado a 16 de dezembro de 2023].
- Pires, F. (2021). *Há Vila Além da Costa: Urbanidade(s) em Cabo Verde no século XIX*. Coimbra/Praia: Imprensa da Universidade de Coimbra/Rosa de Porcelana Editora.

Rodrigues, S. (1972). *Relatório da Viagem Aérea Lisboa-Rio de Janeiro por Sacadura Cabral e Gago Coutinho*. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha.

Roque, S. (2018). 3 de agosto de 1959. Massacre de Pidjiguiti, Bissau. *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. pp. 33-39.

Roque, S. (2018). 3 de agosto de 1959. Massacre de Pidjiguiti, Bissau. Em M. C. Martins, *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação*. (pp. 33-39). Lisboa: Tinta da China.

Santos, M. S. (30 de setembro de 2023). Entrevista realizada ao arquiteto Manuel Spencer Lopes dos Santos sobre o Monumento aos Mártires de Pidjiguiti. (C. Santos, Entrevistador)

Silva, A. L. (2021). *Noite Escravocrata. Madrugada Camponesa*. Praia: Rosa de Porcelana.

Veríssimo, N. (2016). Descobrimentos e povoamento do arquipélago da Madeira, Em José Eduardo Franco (dir.). *Grande Dicionário da Madeira*. (pp. 18-22). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Veríssimo, N. e Burnay, C. D. (2021). *A Condição de ilhéu* (coord.). Lisboa: Universidade Católica

Data de receção: 31/07/2024
Data de aprovação: 03/06/2025